



O Conhecimento de Profissionais da Área Contábil sobre os Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis

Resumo

A pesquisa objetivou verificar o conhecimento dos profissionais da área contábil que prestam serviços para empresas clientes de um escritório de propriedade intelectual sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de levantamento e quantitativa. A população refere-se aos profissionais que atuam na prestação de serviços contábeis para empresas clientes de um escritório de propriedade intelectual, responsável pela proteção de ativos intangíveis como marcas, patentes, softwares, em todo o Brasil. A amostra compreendeu a 50 profissionais. Aplicou-se questionário estruturado com perguntas baseadas nos itens do CPC 04, que regula o tratamento de ativos intangíveis não especificados em outro CPC. Para a análise, utilizou-se a estatística descritiva. Os resultados demonstraram, quanto aos critérios de reconhecimento, que as respostas corretas variaram de 16 a 68%, demonstrando conhecimento em alguns pontos e falta dele em outros. Já referente aos critérios de mensuração, os respondentes apresentaram, em todas as questões, mais de 50% de acertos, apontando maior conhecimento sobre o assunto. Quanto ao conhecimento sobre os critérios de evidenciação, evidenciou-se um índice mínimo de 58% de acertos das questões. Por fim, chegou-se ao índice de 62,66% de conhecimento sobre os temas pesquisados. Verifica-se que a maior afinidade está relacionada aos itens de mensuração, seguido de evidenciação e por último o reconhecimento, concluindo-se que há conhecimento dos profissionais a respeito dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de intangíveis, porém deve ser melhor estudado, melhorando mais ainda a qualidade da informação contábil.

Palavras chave: Ativos Intangíveis; Conhecimento; Profissional Contábil.

Linha Temática: Contabilidade Financeira



1 Introdução

A harmonização às normas internacionais, com ênfase em ativos intangíveis, dado a sua importância em relação ao patrimônio das empresas, levou a contabilidade para uma série de imposições relacionadas a sua evidenciação (Mota, Brandao, & Ponte, 2016).

Marques, Santos e Gouveia (2011) explicam que a imprescindibilidade da mensuração, reconhecimento e divulgação do ativo intangível surgiu pela busca da harmonização das normas brasileiras às internacionais impostas pela Lei 11.638/07. E para que os profissionais contábeis possam disponibilizar soluções aos questionamentos que lhe são feitos é imprescindível o conhecimento da teoria, dos princípios e dos conceitos da contabilidade (Goulart, 2002). Além disso, apresentar ao mercado os diferenciais da organização, associado a prováveis ganhos futuros, impulsiona ao gestor estímulo para evidenciar informação (Macagnam, 2009).

O estudo sobre o conceito de ativos, abordado por Goulart (2002), constatou conhecimento superficial dos profissionais atuantes na área contábil, percebendo-se indispensabilidade de maior atenção em relação aos estudos de ativos. Ainda que o ativo intangível seja encarado imprescindível para as organizações, sua mensuração, evidenciação e reconhecimento é de difícil discernimento (Maia & Vasconcelos, 2016).

Na pesquisa realizada por Canibano, Garcia-Ayuso e Sanchez (2000), que revisou a literatura com base na definição, classificação e natureza econômica dos intangíveis, observou-se uma lacuna entre a concepção do valor contábil e do valor de mercado das empresas, tornando necessário a criação de novos padrões com orientações para reconhecimento, mensuração e evidenciação de intangíveis.

Silva Filho, Lagioia, Carlos Filho, Araújo e Lemos (2014), baseado em estudos sobre a convergência às normas internacionais e considerando que alguns setores de empresas brasileiras devem atender a outras normas contábeis nacionais, buscam averiguar se o reconhecimento dos ativos intangíveis sofreu transformações após a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), mais conhecidas como as normas internacionais, que buscam a harmonização contábil em diversos países do mundo. O estudo envolveu 213 empresas de 10 setores diferentes listadas na BM&F Bovespa.

Souza, Silva e Costa (2013) discorrem sobre a comparabilidade dos ativos intangíveis de acordo com critérios alternativos de reconhecimento, mensuração e evidenciação presentes no CPC 04 a fim de averiguar se após a adoção do referido CPC, empresas dos setores de petróleo e gás apresentam maior grau de comparabilidade. Porém mesmo com a evolução positiva do nível de evidenciação por parte das empresas, a falta de padronização da forma de evidenciação dos intangíveis e o não cumprimento efetivo dos normativos, dificulta a análise de dados por parte das empresas (Dametto & Bianchi, 2014).

Diante da relação que existe entre a relevância dos ativos intangíveis nas organizações e na importância das demonstrações contábeis para as empresas, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o conhecimento dos profissionais da área contábil sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis? O estudo busca verificar o conhecimento dos profissionais da área contábil que prestam serviços para empresas clientes de um escritório de propriedade intelectual sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis.

Oro e Klann (2015) afirmam que por se tratar de um assunto de natureza intrínseca, o uso de métodos congruentes para mensuração, reconhecimento e evidenciação de ativos intangíveis repercute na qualidade das informações contábeis. Desse modo, a correta



evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis proporciona aos usuários uma melhor percepção acerca da situação econômico-financeira das organizações (Ritta, Ensslin, & Ronchi, 2010).

O estudo contribui para identificar se os profissionais contábeis possuem conhecimento sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis, que se tornam cada vez mais relevantes para a organização e merecem cada vez mais estudos e preparo por parte tanto da academia, quanto dos prestadores de serviço. O estudo diferencia-se dos demais já desenvolvidos, por verificar o conhecimento de profissionais contábeis que prestam serviços para empresas clientes de um escritório de propriedade intelectual.

2 Fundamentação Teórica

Para embasar o presente estudo, teste tópico é abordado sobre o profissional contábil e o ativo intangível.

2.1 Profissional Contábil

A contabilidade e o trabalho do contador, segundo Kassai (1997) são de grande valia no mundo empresarial, porém, há grande complexidade por parte do empreendedor interpretar a lógica contábil. A informação de natureza contábil é vista, em sua maioria, apenas para cumprimento às exigências fiscais e não para atendimento a gestão do empreendimento, por esse motivo, os contadores devem tornar essas informações úteis para o empresário (Oliveira, 2004).

De acordo com Barros (2005), a contabilidade possui necessidades e objetivos diferentes para o provimento de informações, uma para atender os órgãos públicos e suas exigências, principalmente, de eventos passados e a outra gerencial, que auxilia na tomada de decisões com enfoque no presente e futuro. Nesse sentido, o profissional contábil deve possuir conhecimento necessário para atender tanto as demandas governamentais quanto as demandas para tomada de decisão.

O conhecimento do profissional contábil é tema estudado em diversos países. Uyar e Güngörmüs (2012) em seu estudo a respeito do conhecimento das IFRS para PMEs por parte dos profissionais da Turquia relatam que a inadequação da formação do pessoal de contabilidade e a falta de programas de formação organizados por organismos profissionais são considerados como os obstáculos mais graves na implementação das normas.

Diante disso é essencial que o profissional contábil disponha de habilidades básicas que irão ajudá-lo no exercício de suas funções, aprimorando seus conhecimentos de acordo com a necessidade do mercado, não se restringindo unicamente no conhecimento adquirido na fase acadêmica (Leal, Soares, & Sousa, 2008). Para Maciel et al. (2008) a contabilidade se trata de uma ciência que agrega informações dos mais variados ramos do conhecimento para criação de seus conceitos e aplicações. Esse conhecimento deve ser proporcionado por meio de duas fontes principais: a formação acadêmica e a prática.

As alterações nas leis, principalmente na Lei 6.404/76, 11.368/07 e 11.941/09, aliadas com a divulgação dos pronunciamentos contábeis e o Sistema Público de Escrituração Digital influenciam na formação do profissional contábil (Tamer et al., 2013). A partir desse novo cenário, surgem inúmeras discussões que abordam os atributos do contador a respeito de suas habilidades, conhecimentos e atitudes para manter-se competitivo (Pires, Ott, & Damacena, 2009).

De acordo com Lames e Almeida (2009), a formação do profissional contábil, com os



constantes avanços tecnológicos que substituem as funções antigas do profissional, tornam sua formação ainda mais desafiadora, exigindo aprimoramento constante de suas competências. A academia deve dispor de grade curricular adequada para que esse profissional ao adentrar ao mercado de trabalho esteja preparado para atender a real necessidade dos usuários da informação. A partir desse cenário, a educação contábil deve atribuir ao estudante a aptidão necessária para o exercício da profissão desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitude (Ott et al., 2011).

Para Mendonça Neto, Antunes, Oyadomari e Riccio (2011) existe um paradigma entre a teoria, de cunho dedutivo (do geral para o particular) e a prática, de cunho indutivo (de fatos particulares se chega a uma conclusão geral). Em adição a este paradigma o conhecimento prático é aquele que consegue explicar a prática ou que tenha sido percebido através dela, sendo fundamental para que o profissional exerça seu papel com maestria.

Por fim, Machado e Casa Nova (2008) abordam que há grande provocação para a profissão contábil, demandando habilidades relacionadas as normas internacionais, sensibilidade de interação com diferentes culturas e capacidade de inovação em procedimentos relacionados à tecnologia da informação.

2.2 Ativos Intangíveis

A discussão sobre os termos intangível e capital intelectual por meio de pesquisas científicas tornou-se popular a partir da década de 80 com a era da informação (Avelino, Pinheiro, & Lamounier, 2012). Para Klann, Popik, Kreuzberg e Salla (2014) os intangíveis possuem uma atribuição importante no Mercado, mesmo estando sujeitos à certa abstração de avaliação e reconhecimento.

Levando em consideração que o fornecimento de informação é um dos principais princípios da contabilidade, Scherer et al. (2004), abordam que, no momento da atribuição de valor de uma empresa, o ativo intangível é um item essencial para parametrização desse processo. Com a intenção de minimizar a adoção de práticas divergentes que acabam tornando-se empecilhos no momento de análise e comparação, a IAS 38 busca nortear a harmonização dos processos de mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis (Crisóstomo, 2009).

O estudo de ativos intangíveis teve crescimento notável nos últimos anos, fato decorrido, principalmente, da valorização das empresas em que a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil subiu substancialmente, evidenciando a importância dos intangíveis para a geração de riqueza nas entidades (Kayo, Teh, & Basso, 2006). De acordo com Teixeira (2010), a influência dos ativos intangíveis nas organizações é tão grande que muitas vezes a marca de uma empresa pode valer muito mais do que todo seu patrimônio tangível, isso torna esses ativos essenciais para análises e mensuração do valor da empresa.

O avanço tecnológico permitiu as organizações desenvolverem capacidade para criação de diversos ativos intangíveis, tornando sua posição de extrema importância no balanço patrimonial (Oro & Klann, 2015). Tsai, Lu e Yen (2012) definem os ativos intangíveis como a capacidade dinâmica da empresa, criada pelo conhecimento, infraestrutura organizacional, desenvolvimento de habilidades do capital humano, capacidade de inovação em pesquisa e desenvolvimento, carteira de clientes, marcas e participação no mercado.

Os ativos intangíveis consistem em recursos imateriais que entram no processo de criação e venda de produtos, sejam eles novos ou melhorados, podendo ser produzidos internamente (projetos, planos, capital de marca, software interno e projetos de construção) ou



adquiridos externamente (licenças de tecnologia, patentes e direitos autorais) (Arrighetti, Landini, & Lasagni, 2013).

Dada a diversidade de escolhas e condições de relato financeiro oferecidos pelos diferentes sistemas contábeis, num âmbito internacional para o reconhecimento de intangíveis, a comparabilidade muitas vezes pode ser afetada, por isso, é interessante sempre estudar os pontos de convergência e divergência entre as práticas contábeis locais geralmente aceitas e as IFRS (Boulerne, Sahut, & Teulon, 2011). Segundo o CPC 04 (2008) o reconhecimento de um item como ativo intangível demanda que ele atenda: (i) a definição de ativo intangível; e (ii) os critérios de reconhecimento (item 18). O CPC 04 ainda traz que, a respeito da sua mensuração, o ativo intangível inicialmente deve ser reconhecido pelo custo (item 24) e a entidade só poderá fazê-lo se for provável que os benefícios futuros esperados sejam a favor da entidade e o seu custo mensurado com confiabilidade (item 21).

Para Mota et al. (2016), a correta divulgação dos ativos intangíveis concede aos usuários maior percepção e compreensão sobre a influência desses ativos em relação a retornos de investimentos e situação financeira da organização.

3 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e de levantamento. A população desse estudo refere-se aos profissionais que atuam na prestação de serviços contábeis para empresas clientes de um escritório de propriedade intelectual, responsável pela proteção de ativos intangíveis como marcas, patentes, softwares, entre outros em todo o Brasil. Como o intuito foi investigar o conhecimento do profissional contábil que atua em diversas áreas (escritório de contabilidade, auditoria e consultoria), a amostra compreendeu a 50 profissionais.

O procedimento utilizado para a coleta de dados foi o questionário. O questionário consiste em um conjunto de 18 perguntas, elaboradas com base no CPC 04. O questionário foi enviado por e-mail, por meio de um link criado pela ferramenta de formulários do Google ou entregues de forma física, quando possível, pelo pesquisador. O período de aplicação dos questionários se deu entre julho e setembro de 2017. Na Tabela 1 apresenta-se o constructo da pesquisa.

Tabela 1- Constructo da pesquisa

Categoria	Operacionalização	Item do CPC consultado
Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Definição; - Gastos Subsequentes; - Reconhecimento; - Gastos com Pesquisa; - Reconhecimento de Despesas; - Despesa Anterior Não Reconhecida. 	<ul style="list-style-type: none"> - item 11; - item 20; - item 21; - item 54; - item 68; - item 71.
Mensuração	<ul style="list-style-type: none"> - Método de Mensuração; - Método de Custo; - Reavaliação; - Métodos de Amortização; - Revisão da Amortização; - Vida Útil Indefinida; - Baixa e Alienação. 	<ul style="list-style-type: none"> - item 72; - item 74; - item 75; - item 98; - item 104; - item 107; - item 112.



Evidenciação	<ul style="list-style-type: none"> - Itens de Divulgação; - Classes; - Divulgação Adicional; - Outras Informações. 	<ul style="list-style-type: none"> - item 118 (duas questões); - item 119; - item 122; - item 128.
--------------	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

O questionário foi elaborado com base no CPC 04 e discorre sobre os itens de reconhecimento, mensuração e evidenciação que devem ser observados no momento da contabilização dos ativos intangíveis. Buscou-se usar itens que tratam de assuntos genéricos, que são necessários para todos os tipos de intangíveis.

Num primeiro momento foram elaborados dois modelos de questionários com 24 perguntas e duas opções de resposta, um com a opção de selecionar a alternativa correta, e o outro com alternativas que eram respondidas de acordo com a escala Likert, com respostas variando de concordo plenamente a discordo plenamente. Cada modelo foi enviado para três profissionais, em forma de pré-teste, que responderam e deram suas contribuições. Após o retorno dos referidos questionários, optou-se pela diminuição do número de questões, tornando o questionário menos cansativo e optando pelo modelo onde o respondente devesse selecionar a opção correta.

Depois de concluída a fase de levantamento dos dados, os questionários que foram respondidos de forma física foram transcritos para a ferramenta de formulários do Google, com o intuito de facilitar a compilação dos dados. Após, foi dado início a análise, em que se averiguou cada um dos blocos do questionário de maneira isolada e depois globalmente. Para a análise dos dados, aplicou-se a estatística descritiva.

4 Descrição e Análise dos Resultados

Nesse tópico discorre-se sobre os dados levantados e resultados encontrados na presente pesquisa, abordando sobre a caracterização dos respondentes, em seguida o conhecimento dos profissionais contábeis a respeito dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis. E por fim, a análise geral de todos os dados levantados.

4.1 Caracterização dos Respondentes

Com o intuito de contextualizar o perfil dos participantes, apresenta-se na Tabela 2 a descrição dos respondentes.

Tabela 2 - Descrição dos respondentes

	Descrição dos itens analisados	Frequência	Percentual
Faixa etária	Entre 18 e 21 anos	8	16%
	Entre 22 e 26 anos	20	40%
	Entre 27 e 30 anos	10	20%
	Entre 31 e 40 anos	7	14%
	Superior a 40 anos	5	10%
	Total	50	100%
Nível de escolaridade	Graduação em Andamento	14	28%
	Graduação Completa	22	44%
	Pós-Graduação Lato-Sensu	14	28%
	Total	50	100%
Caso tenha ensino superior, qual a formação?	Contabilidade	49	98%
	Administração	1	2%

	Total	50	100%
Função em que atua?	Trainee	1	2%
	Aux. Contábil	24	48%
	Analista Contábil	10	20%
	Coordenador Contábil	4	8%
	Auditor/Consultor	10	20%
	Coordenador Financeiro	1	2%
	Total	50	100%
Tempo de atuação na atual função	0 a 2 anos	15	30%
	3 a 5 anos	22	44%
	6 a 10 anos	5	10%
	Mais de 10 anos	8	16%
	Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os dados da Tabela 2, em relação a faixa etária, é possível destacar que a maioria da população respondente pertence a faixa de 22 e 26 anos, seguidos dos que possuem entre 27 e 30 e os que estavam entre os 18 e os 21 anos. Esses dados podem indicar que o mercado de profissionais contábeis está com uma alta representatividade de jovens.

Em relação a formação dos respondentes, 44% possuem graduação completa. Os outros 56% se dividem em 28% com graduação em andamento e os 28% restantes com pós-graduação Lato Sensu. A respeito da área de formação dos respondentes, apenas 1 informou que se formou no curso de administração, os demais são todos diretamente relacionados a cursos de contabilidade. Esse fato aponta que os profissionais estão efetivamente atuando em suas áreas de formação.

A respeito do cargo ocupado nas organizações, a maioria dos respondentes, 24 deles (o que corresponde a 48%), atua como auxiliar contábil. Destaque também para 10 respondentes que exercem o cargo de analista contábil e 10 que atuam como consultores ou auditores. Os outros 12% (6 respondentes), eram trainee ou coordenadores, na área financeira e/ou contábil.

Conforme disposto na Tabela 2, constatou-se que 44% dos respondentes atuam na função de 3 a 5 anos, dado semelhante com a faixa etária de 22 a 26 anos. Dado relevante também é o percentual dos respondentes que atuam até 2 anos na função, que foi de 30%, seguidos de 16% que estavam há mais de 10 anos e por fim, 10% da amostra estava entre 6 e 10 anos atuando no mercado contábil.

4.2 Conhecimento dos Critérios de Reconhecimento de Ativos Intangíveis por Profissionais da Área Contábil

Neste tópico apresenta-se o conhecimento dos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis por profissionais da área contábil, com base nos itens 11, 20, 21, 54, 68 e 71 do CPC 04, que tratam de definição, gastos subsequentes, reconhecimento, gastos com pesquisa, reconhecimento de despesas e despesas anteriores não reconhecidas. Cada questão possui duas alternativas, uma correta e outra errada, devidamente identificadas nas tabelas. Visualiza-se por meio da Tabela 3 os critérios de reconhecimento do ativo intangível.



Tabela 3- Critérios de reconhecimento do ativo intangível

Questão	Alternativas	Freq.	%
1- Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:	ERRADA: Puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado individualmente; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.	28	56
	CORRETA: Puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.	22	44
	Total de respostas	50	100
2- Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se	CORRETA: For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e seu custo possa ser mensurado com confiabilidade.	42	84
	ERRADA: Seu custo possa ser mensurado com confiabilidade; e não tenha sido gerado internamente.	8	16
	Total de respostas	50	100
3- A Cia Zeta possui diversas marcas registradas e a cada 10 anos faz o pagamento de taxas oficiais para manter os registros ativos. Como devem ser reconhecidos esses gastos?	CORRETA: Gastos subsequentes para manter a expectativa de benefícios econômicos dos intangíveis como marcas ou itens de natureza similar sempre devem ser reconhecidos no resultado, quando incorridos, uma vez que não atendem à definição ou aos critérios de reconhecimento.	20	40
	ERRADA: Gastos subsequentes para manter a expectativa de benefícios econômicos dos intangíveis como marcas ou itens de natureza similar sempre devem ser incorporados ao custo, quando incorridos.	30	60
	Total de respostas	50	100
4- A Equipe de P&D da empresa Betha está com um novo projeto que promete otimizar os processos internos da empresa. Até o momento o projeto ainda está em fase de pesquisa e já foram gastos R\$ 2.000,00. Dessa forma, julgue as situações:	CORRETA: Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.	25	50
	ERRADA: Todo ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo quando incorridos.	25	50
	Total de respostas	50	100
5- A Cia Gama adquiriu um item em uma combinação de negócios porém uma parte do valor pago nessa combinação não pode ser reconhecida como ativo intangível. Como ela deve reconhecer essa diferença?	ERRADA: Nesse caso, esse gasto (incluído no custo da combinação de negócios) deve fazer parte do valor atribuível ao ágio derivado de mais valia de ativos líquidos.	14	28
	CORRETA: Nesse caso, esse gasto (incluído no custo da combinação de negócios) deve fazer parte do valor atribuível ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).	36	72
	Total de respostas	50	100
6- Em uma auditoria interna, foi identificado que a Cia Omega reconheceu vários	CORRETA: Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa não devem ser reconhecido como parte do custo de ativo intangível em data	16	32



gastos com ativos intangíveis como despesa que deveriam ter sido reconhecidos como custo. O que ela pode fazer?	subsequente.		
	ERRADA: Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa podem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente desde que a alteração conste em Nota Explicativa.	34	68
	Total de respostas	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que quando se trata de questões relacionadas a premissas básicas para reconhecimento de um intangível, sendo ou não adquirido por meio de combinação de negócio, questões 2 e 5, a maioria dos respondentes optaram pelas afirmativas corretas, já as questões relacionadas a despesas e gastos, questões 3 e 6, tiveram o maior número de respostas incorretas.

No que diz respeito a definição de ativos intangíveis (questão 1), 56% da amostra optou pela opção incorreta. Como a opção errada é uma adaptação da opção correta, com algumas reduções de características, pode-se afirmar que o dado corrobora com o estudo de Goulart (2002), em que se constatou um conhecimento apenas superficial dos profissionais da área contábil em relação a definição de ativos.

A segunda questão, que abordou sobre as premissas básicas para o reconhecimento de ativos intangíveis, 42 dos 50 respondentes optaram pela alternativa correta, demonstrando domínio do conceito de reconhecimento de ativos intangíveis para as organizações.

Na questão de número três, em relação a gastos subsequentes, notou-se que 30 dos 50 participantes da amostra entendem que gastos subsequentes devem ser incorporados ao custo do ativo, o que está errado, afinal a maioria dos gastos subsequentes não atendem aos critérios de reconhecimento e nem de definição de ativo intangível pois são efetuados para manter a expectativa de benefícios econômicos futuros (CPC 04).

Na averiguação a respeito de gastos com pesquisa (questão 4) constatou-se um “empate”, em que metade dos pesquisados assinalaram a alternativa correta e a outra metade errou a questão. A divisão nas respostas pode ter explicação por muitos autores, os quais tratam investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, que provém de capital humano, como intangíveis, entre esses Canibano, Garcia-Ayuso e Sanchez (2000), Tsai, Lu e Yen (2012) e Carlos Filho et al. (2014). No entanto, de acordo com o CPC 04, esses devem ser reconhecidos com despesa.

Quando questionados a respeito de reconhecimento de despesas em combinação de negócios na quinta questão, assim como na questão sobre reconhecimento (questão 2), verificou-se que a maioria dos respondentes, neste caso 72%, optaram pela alternativa correta, reforçando ainda mais que existe domínio sobre esse tópico na amostra pesquisada.

A questão de número 6, que abordava sobre gastos subsequentes não reconhecidos também apresentou maioria de respostas erradas, 68%. O item 71 do CPC 04 deixa bem claro que gastos reconhecidos primeiramente como despesa não podem ser incorporados ao custo do ativo intangível em datas futuras.

Ao fim da análise sobre os itens que envolvem reconhecimento de intangíveis, percebe-se que quando se tratam de questões mais genéricas, os pesquisados demonstram maior conhecimento. Já as questões que envolvem maior complexidade apresentam maior número de erros na percepção dos profissionais.

4.3 Conhecimento dos Critérios de Mensuração de Ativos Intangíveis por Profissionais da Área Contábil

Neste tópico apresenta-se o conhecimento dos critérios de mensuração de ativos intangíveis por profissionais da área contábil, com base nos itens 72, 74, 75, 98, 104, 107 e 112 do CPC 04, que tratam de método de mensuração, método de custo, reavaliação, métodos de amortização, revisão da amortização, vida útil indefinida e baixa e alienação. Como no tópico anterior, cada questão possui duas alternativas, uma correta e outra errada. Visualiza-se por meio da Tabela 4 os critérios de mensuração do ativo intangível.

Tabela 4- Critérios de mensuração do ativo intangível

Questão	Alternativas	Freq.	%
7- A empresa Gama tem dúvidas sobre a forma de mensuração de seus ativos intangíveis. Diante disso, julgue os seguintes itens:	CORRETA: A entidade pode, em determinadas circunstâncias, optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para a sua política contábil desde que a opção pelo método de reavaliação não estiver restringido por lei ou norma legal regularmente estabelecia.	32	64
	ERRADA: A entidade pode, em determinadas circunstâncias, optar pelo método de custo ou pelo método de subavaliação. Para a segunda opção deve possuir laudo de perito comprovando o resultado.	18	36
	Total de respostas	50	100
8- A empresa Kappa reconheceu um ativo intangível mensurado pelo método de custo no ano de 2015. No ano de 2016 ele sofreu amortização. Como a empresa Kappa deve mensurar esse ativo no final do ano 2016?	ERRADA: Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, mais a eventual amortização acumulada e a perda acumulada.	9	18
	CORRETA: Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada.	41	82
	Total de respostas	50	100
9- A respeito do método de reavaliação de ativos intangíveis no Brasil, julgue as afirmações:	CORRETA: A reavaliação de bens tangíveis ou intangíveis não é permitida devido às disposições contidas na Lei nº. 11.638/07, que alterou a Lei nº. 6.404/76, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.	32	64
	ERRADA: Somente a reavaliação de bens tangíveis ou não é permitida devido às disposições contidas na Lei nº. 11.638/07, que alterou a Lei nº. 6.404/76, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.	18	36
	Total de respostas	50	100
10- A Cia Epsilon acredita que o método de amortização linear não é o mais adequado para seus ativos intangíveis, como ela pode mensurar a amortização?	ERRADA: Para os ativos intangíveis só é permitido a amortização pelo método linear.	13	26
	CORRETA: Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar o valor amortizável. A seleção do método deve obedecer ao padrão de consumo dos benefícios econômicos esperados.	37	74
	Total de respostas	50	100

11- A empresa Iota revisou os períodos e métodos de amortização de seus intangíveis, e constatou que houveram alterações nesses itens.	CORRETA: Caso a vida útil prevista do ativo seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser devidamente alterado. Se houver alteração no padrão de consumo previsto, o método de amortização deve ser alterado para refletir essa mudança.	39	78
	ERRADA: Havendo qualquer alteração na vida útil prevista do ativo, sua alteração somente é permitida por meio de Notas Explicativas, não alterando a demonstração contábil.	11	22
	Total de respostas	50	100
12- A empresa Pi possui diversas marcas que pretende usar por um período longo e indeterminado. Como deve ser a mensuração após o reconhecimento desses ativos?	CORRETA: Marcas com vida útil indefinida não deve ser amortizado.	26	52
	ERRADA: Marcas com vida útil indefinida deve ser amortizado e seu valor reavaliado a cada 10 anos, prazo concedido pelo INPI (autarquia federal responsável pela concessão de direitos desse tipo de ativo) para utilização da marca.	24	48
	Total de respostas	50	100
13- A empresa Gamma teve alguns ativos alienados, e por consequências disso, os mesmos foram baixados na contabilidade. Em qual outra situação os ativos intangíveis devem ser baixados?	CORRETA: Quando não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.	36	72
	ERRADA: Quando ele foi completamente amortizado.	14	28
	Total de respostas	50	100

Fonte: Dados de Pesquisa

Analisando a Tabela 4, verifica-se que todas as questões que abordam itens de mensuração de ativos intangíveis tiveram um número superior de respostas corretas, podendo-se afirmar que, de maneira geral, os critérios de mensuração são de conhecimento dos profissionais contábeis.

Quando perguntados a respeito da forma correta de mensuração de um ativo intangível (questão 7), 32 dos 50 respondentes responderam corretamente. Embora o item 72 do CPC 04 permita que a organização opte pela melhor forma de mensuração, em nenhum momento exige que para o método de reavaliação necessite de laudo específico.

A oitava questão da pesquisa abordou sobre o método de custo para mensuração de ativos intangíveis, 82% dos respondentes foram assertivos ao afirmar que após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, mais a eventual amortização acumulada e a perda acumulada, conforme item 74 do CPC 04.

A respeito do método de reavaliação (questão 9), que não é permitido no Brasil, devido as disposições da Lei 11.638/07, 36% dos respondentes desconhecem essa informação, pois assinalaram a opção incorreta, que afirmava ser possível a reavaliação de intangíveis.

A amortização de intangíveis também foi um item abordado na décima questão. Quando questionados sobre a possibilidade de a entidade poder optar pelo método de amortização de seus ativos intangíveis, 37 participantes foram assertivas ao selecionar a opção que, de acordo com o item 98 do CPC 04, permite que a entidade escolha o método de amortização que mais se enquadra a forma de utilização desse ativo.

A questão de número 11 da pesquisa, indagou os participantes sobre a revisão de



período e do método de amortização. O Item 104 do CPC 04 recomenda que a organização faça a revisão desses dois itens pelo menos uma vez por ano e, havendo alguma alteração a entidade deve proceder com as devidas mudanças. A maioria da amostra, 78%, possui conhecimento sobre esse item pois assinalaram a opção correta.

A décima segunda questão da pesquisa abordava sobre o tratamento que deve ser dado a intangíveis com vida útil indefinida, ou seja, ativos que a entidade pretende usar por tempo indeterminado. A amostra se mostrou bem dividida, 26 respondentes possuem o conhecimento de que ativos intangíveis com vida útil indefinida não sofrem amortização, conforme item 107 do CPC 04, já os demais não possuem esse entendimento.

A última questão sobre mensuração (questão 13) abordou sobre a baixa do intangível na contabilidade. 28% dos respondentes optaram pela opção errada que indica que a baixa só pode ser feita quando o ativo for completamente amortizado. A maior parte da amostra, 72%, acertaram a questão pois o item 112 deixa bem claro que só pode ocorrer a baixa quando houver sua alienação ou a entidade não esperar mais benefícios econômicos desse ativo.

Ao fim da análise das informações sobre o conhecimento dos critérios de mensuração dos ativos intangíveis, nota-se um domínio maior sobre esse item em relação ao item anterior, reconhecimento. Todas as questões tiveram mais de 50% de acertos, dando destaque ao conhecimento relativo a contabilização do método de custo e revisão do período o método de amortização. A questão com maior número de respostas incorretas foi em relação a vida útil, contando com 48% da amostra.

4.4 Conhecimento dos Critérios de Evidenciação de Ativos Intangíveis por Profissionais da Área Contábil

Neste tópico apresenta-se o conhecimento dos critérios de evidenciação de ativos intangíveis por profissionais da área contábil, com base nos itens 118, 119, 122 e 128 do CPC 04, que tratam de itens de divulgação, classes de ativos intangíveis, divulgação adicional e outras informações. Da mesma forma que os tópicos anteriores cada questão possui duas alternativas, uma correta e outra errada. Visualiza-se por meio da Tabela 5 os critérios de evidenciação do ativo intangível.

Tabela 5- Critérios de evidenciação do ativo intangível

Questão	Alternativas	Freq.	%
14. A Cia Kappa possui um ativo intangível reconhecido pelo custo de 2015. Esse ativo possui vida útil de 6 anos e será amortizado pelo método linear. Em dezembro de 2015, quais as informações que deverão ser divulgadas pela empresa?	ERRADA: Os prazos de vida útil; os métodos de amortização; valor contábil líquido; e a conciliação do valor contábil no início e no final do período.	18	36
	CORRETA: Os prazos de vida útil; os métodos de amortização; valor contábil bruto e eventual amortização acumulada; e a conciliação do valor contábil no início e no final do período.	32	64
	Total de respostas	50	100



Contabilidade e Perspectivas Futuras

15. Existem diversas classes de ativos intangíveis, alguns dos exemplos mais comuns são: marcas; patentes; softwares; licenças e franquias; direitos autorais; entre outros. A respeito dessas classes julgue as afirmações:	CORRETA: As classes devem ser separadas ou agregadas em classes menores ou maiores se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.	33	66
	ERRADA: As classes de ativos intangíveis sempre devem ser separadas, pois tratam de itens com natureza distinta.	17	34
	Total de respostas	50	100
16. A Cia AlphaPi possui ativos que foram avaliados sem vida útil definida. É necessária alguma divulgação especial para esse tipo de ativo?	CORRETA: Nesse caso a entidade deve divulgar o valor contábil do ativo e os motivos que fundamentam essa avaliação descrevendo os fatores mais importantes que levaram à essa conclusão.	35	70
	ERRADA: A empresa não é obrigada a divulgar as razões pela qual classificou o ativo com vida útil indefinida, ela deve apenas separá-los dos ativos com vida útil definida.	15	30
	Total de respostas	50	100
17. A empresa BethaRho possui um ativo que já foi totalmente amortizado mas continua sendo utilizado pela empresa. Como deve ser feita a divulgação desse ativo?	ERRADA: É obrigatório que a entidade divulgue a descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação;	19	38
	CORRETA: É recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue a descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação.	31	62
	Total de respostas	50	100
18. A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis:	CORRETA: Vida útil, definida (com prazos ou taxa de amortização) ou indefinida; métodos de amortização; valor contábil bruto e eventual amortização acumulada; e conciliação do valor contábil no início e no final do período.	29	58
	ERRADA: Vida útil, definida (com prazos ou taxa de amortização) ou indefinida; demonstrativo de despesas incorridas relacionadas ao ativo; valor contábil bruto e eventual amortização acumulada; e conciliação do valor contábil no início e no final do período	21	42
	Total de respostas	50	100

Fonte: Dados de Pesquisa.

Ao analisar a Tabela 5, nota-se que, assim como os itens de mensuração, todas as perguntas relacionadas aos critérios de evidenciação dos ativos intangíveis tiveram um número maior de respostas corretas, variando de 58 a 70%. Observação especial para as questões 14 e 18 que tratam dos itens de evidenciação conforme item 118 do CPC 04. As duas apresentaram apenas uma diferença de 4 respostas, que pode ser justificado por má interpretação do respondente.

Sobre os itens de evidenciação, como informado anteriormente, foram realizadas duas perguntas bem semelhantes, com o intuito de averiguar se em situações diferentes os respondentes conseguiriam interpretar e manter o padrão de resposta nas duas perguntas. A questão de número 14 indagou os respondentes criando um cenário com exemplificação de fatos que ocorreram com um ativo durante determinado período, já a questão 18 abordou de forma mais direta sobre quais os itens que a entidade deve divulgar a respeito de seus ativos.

As duas questões tiveram 32 e 29 acertos, respectivamente, apontando que, de maneira geral, existe sim conhecimento por parte dos profissionais a respeito dos itens de divulgação



dos ativos intangíveis. Quando questionados a respeito das classes de intangíveis (questão 15), 33 dos 50 participantes da pesquisa afirmam que as classes devem ser separadas se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis corroborando com o que traz o item 119 do CPC 04.

Itens de divulgação adicional foram abordados na décima sexta questão. Para elaboração dessa pergunta, pegou-se como base a alínea a do item 122 do CPC 04 que trata sobre a divulgação adicional de itens avaliados com vida útil indefinida. Uma parcela de 30% dos respondentes não demonstrou conhecimento sobre esse item importante do CPC 04 afirmando que a empresa não é obrigada a divulgar nenhuma informação adicional nesse caso, o que está completamente equivocado.

A penúltima questão e última a ser analisada (questão 17), tratava sobre outras informações a respeito da evidenciação de intangíveis que indaga os respondentes sobre como a entidade deve tratar um ativo totalmente amortizado, mas que ainda é utilizado pela empresa. Foi a questão que mais teve respostas incorretas, 21 das 50 pessoas não souberam como tratar esse ativo, apontando um déficit de conhecimento para esse item do CPC 04.

Ao final da análise a respeito dos critérios de evidenciação, nota-se que mesmo que a maioria das respostas foi assertiva, nenhuma questão conseguiu ultrapassar 70% de respostas corretas, o que não aconteceu no tópico anterior, sobre mensuração, aonde 4 questões tiveram mais de 70% da amostra selecionando a opção correta.

4.5 Índice de Conhecimento dos Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação de Ativos Intangíveis

Neste tópico aborda-se de maneira geral as principais informações obtidas nos tópicos anteriores, conforme verifica-se na Tabela 6.

Tabela 6- Resumo das respostas

Critérios	Certas		Erradas	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Reconhecimento	161	53,67%	139	46,33%
Mensuração	243	69,43%	107	30,57%
Evidenciação	160	64%	90	36%
Média	188	62,66%	112	37,34%

Fonte: Dados de Pesquisa.

Observa-se que de maneira geral o conhecimento do profissional contábil a respeito dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis é de 62,66%. A maior afinidade está relacionada aos itens de mensuração, seguido de evidenciação e por último o reconhecimento. O fato da categoria reconhecimento possuir um menor número de acertos, pode ser explicado pelo fato da Lei 11.638/07 não distinguir como deve ser o reconhecimento do intangível adquirido ou do que foi gerado internamente, tema que já foi abordado por Sinclair e Keller (2014). A quarta questão deixa claro que existe dúvida a respeito do tratamento que deve ser dado aos gastos com pesquisa e desenvolvimento que possam gerar novos ativos intangíveis, atrapalhando assim seu reconhecimento correto.

Todas as questões relacionadas a mensuração foram extraídas entre os itens 72 e 117, que discorrem sobre obrigações a serem atendidas após o reconhecimento do ativo intangível. Sendo assim pode-se destacar que a amostra tem facilidade em mensurar um ativo intangível



depois de seu reconhecimento.

As questões de evidenciação também tiveram índices altos de acertos, o que já era esperado, levando em consideração estudos anteriores que discorrem sobre o aprimoramento da qualidade das informações evidenciadas com o passar dos anos (Dametto & Bianchi, 2014, Souza & Lemes, 2016).

De modo geral, apesar da maioria das respostas terem sido corretas, todos os itens tiveram um percentual maior do que 30% de erro, corroborando com a pesquisa de Tristao, Ensslin e Nascimento (2015), em que 37% da amostra não sabia como fazer a correta contabilização de ativos intangíveis. Além disso, os estudos sobre esse ativo e suas influências nas organizações, já abordados por Kayo, Teh, Basso (2006), Teixeira (2010), Oro e Klann (2015), entre outros, demonstram que o assunto precisa ser melhor difundido entre os profissionais contábeis, não só para redução do índice de erros na contabilização mas também para melhor entrega de informação ao usuário.

5 Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo identificar o conhecimento dos profissionais contábeis a respeito dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, de levantamento e uma análise de dados quantitativa, que foram obtidos por meio de um questionário elaborado com base no CPC 04.

Quanto aos critérios de reconhecimento, identificou-se que apenas duas questões tiveram um índice menor que 50% de erro por parte da amostra. Referente aos critérios de mensuração de intangíveis, todas as questões tiveram entre 52 e 82% de acertos, demonstrando conhecimento dos respondentes sobre os critérios questionados. Apurou-se que todas as questões tiveram mais de 58% de acerto por parte dos respondentes, no que se refere aos critérios de evidenciação de intangíveis. Verificou-se um índice de 62,66% de respostas corretas, o que demonstra um conhecimento razoável dos profissionais, mas também um alerta para que o assunto seja estudado melhor.

De maneira geral, verificou-se que o índice de conhecimento dos profissionais contábeis a respeito dos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis é de 53,67%, mensuração de 69,43% e evidenciação de 64%, demonstrando que de maneira geral há conhecimento, porém precisa ser melhorado para maior qualidade na prestação de serviços a atendimento as obrigações do CPC 04.

Recomenda-se estudos futuros abordando mais itens relativos a reconhecimento, mensuração e evidenciação de intangíveis, não só do CPC 04, mas também de outros pronunciamentos e até a legislação sobre o tema. Além disso, um estudo acompanhando o processo de contabilização de um intangível nas organizações desde o início, podendo avaliar a forma que os profissionais tratam esses ativos na prática em todas as fases abordadas.

Referências

- Arrighetti, A., Landini, F., & Lasagni, A. (2013). Intangible Assets and Firm Heterogeneity: Evidence From Italy. *Research Policy*, 43 (1), 202-213.
- Avelino, B. C., Pinheiro, L. E. T. & Lamounier, W. M. (2012). Evidenciação de Ativos Intangíveis: Estudo Empírico em Companhias Abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 22-45.
- Barros, V. M. (2005). O Novo Velho Enfoque da Informação Contábil. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*. 38, 102-112.



Boulerne, S., Sahut, J., & Teulon, F. *Do IFRS Provide Better Information About Intangibles in Europe*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1756578>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

Canibano, L., García-Ayuso, M., & Sánchez, P. (2000). Accounting for Intangibles: A Literature Review. *Journal of Accounting Literature*, 19, 102-130.

Carlos Filho, F. A., Lagiola, U. C. T., Monteiro, J. A. M., Silva Filho, L. L., Araújo, J. G., & Araújo, J. G. N. (2014). Importância e Contribuição do Ativo Intangível: Percepção dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas Sobre o Capital Intelectual. *Organizações em Contexto*, 10(20), 1-27.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ABIT. *Pronunciamentos*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 12 setembro 2016.

Crisóstomo, V. L. (2009). Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(1), 50-68.

Dametto, L. Z. & Bianchi, M. (2014). *Ativos Intangíveis: Um Estudo da Evidenciação e Aplicação na Contabilidade de Empresas Brasileiras de Tecnologia*. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Goulart, A. M. C. (2002). O Conceito de Ativos na Contabilidade: Um Fundamento a Ser Explorado. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, 28, 56-65.

Kassai, S. (1997). As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade. *Caderno de Estudos FIECAFI*. 9, 15, 60-74.

Kayo, E. K., Teh, C. C., & Basso, L. F. C. (2006). Ativos Intangíveis e Estrutura de Capital: A Influência das Marcas e Patentes sobre o Endividamento. *Revista Adm.*, 41(2), 158- 168.

Klann, R. C., Popik, F., Kreuzberg, F., & Salla, N. G. (2014). Fatores Relacionados ao Nível de Divulgação de Ativos Intangíveis após a Adoção das IFRS por Empresas do IGC da Bm&FBovespa. *Revista Catarinense de Ciência Contábil*, 13(38), 37-51.

Lames, E. R. & Almeida, F. S. (2009). Um estudo sobre as competências do contador versus perfil desejado pelas empresas sob a ótica dos futuros profissionais da área. XVI Congresso Brasileiro de Custos, 2009, Ceará, *Anais...* Ceará.

Leal, E. A., Soares, M. A., & Sousa, E. G. (2008). Perspectivas dos Formandos do Curso de Ciências Contábeis e as Exigências do Mercado de Trabalho. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(10), 147-159.

Macagnam, C. B. (2009). Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 46-61.

Machado, V. S. A., & Casa Nova, S. P. C. (2008). Análise Comparativa entre os Conhecimentos Desenvolvidos no Curso de Graduação em Contabilidade e o Perfil do Contador exigido pelo Mercado de Trabalho: Uma Pesquisa de Campo Sobre Educação Contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2(1), 1-23.

Maciel, C. V., Lagiola, U. C. T., Libonati, J. J., & Rodrigues, R. N. (2009). Contabilidade Ambiental: Um Estudo Exploratório Sobre o Conhecimento dos Profissionais de Contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(11), 137-158.

Maia, A. B. G. R. & Vasconcelos, A. C. (2016). Disclosure de Ativos Intangíveis dos Clubes de Futebol Brasileiros e Europeus. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, 27(3), 1-31.

Marques, J. A. V. C., Santos, R. F., & Gouveia, V. A. L. (2011). Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis. *Pensar Contábil*, 13(52), 45-54.

Mendonça Neto, O. R., Antunes, M. T. P., Oyadomari, J. C. T. & Riccio, E. L. (2011).



Ninguém Aprende Samba no Colégio – A Contribuição da Prática para a Formação do Conhecimento Contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 184- 200.

Mota, A. F., Brandão, I. F., & Ponte, V. M. R. (2016). Disclosure e Materialidade: Evidências nos Ativos Intangíveis dos Clubes Brasileiros de Futebol. *RACE*, 15(1), 175-200.

Oliveira, A. G. (2004). *Uma Contribuição ao Estudo da Contabilidade Como Sistema de Informação ao Processo de Gestão das Micro e Pequenas Empresas: Uma Pesquisa no Estado do Paraná*. 2004. 234f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Oro, I. M. & Klann, R. C. (2015). Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bm&FBovespa. *Pensar Contábil*, 17(62), 45-54.

Ott, E., Cunha, J. V. A., Júnior, E. B. C., & De Luca, M. M. M. (2011). Relevância dos Conhecimentos, Habilidades e Métodos Instrucionais na Perspectiva de Estudantes e Profissionais da Área Contábil: Estudo Comparativo Internacional. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, 22(57), 338-356.

Pires, C. B., Ott, E., & Damacena, C. (2009). “Guarda-Livros” ou “Parceiro de Negócios”? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). *Revista de Contabilidade Vista & Revista*, 20(3), 157-187.

Ritta, C. O., Enslin, S. R., & Ronchi, S. H. (2010). A Evidenciação dos Ativos Intangíveis nas Empresas Brasileiras. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, 9(1), 62-75.

Scherer, L. M., Soares, M., Nascimento, E. B., & Serrano, E. A. (2004). O atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte-americano. *Revista da FAE*, 7(1), 77-87.

Sinclair, R. N. & Keller, K. L. (2014). A Case for Brands as Assets: Acquired and Internally Developed. *Journal of Brand Management*, 21(4), 286-302.

Silva Filho, L. L., Lagioia, U. C.T., Carlos Filho, F. A., Araújo, J. G. & Lemos, L. V.(2014). Um Estudo Sobre o Reflexo no Reconhecimento dos Ativos Intangíveis Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas Brasileiras Listadas na BM&F Bovespa. *ConTexto*, 14(27), 55-69.

Souza, F. E. A. & Lemes, S. (2016). A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente de Ativos Imobilizados, de Ativos Intangíveis e de Propriedades para Investimento em Empresas da América do Sul. *Revista de Contabilidade e Finanças*. 27(71), 169-184.

Souza, F. E. A., Silva, M. H.& Costa, P. S. (2012). A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras. XVI SEMEAD, 2012, São Paulo.

Teixeira, J. P. (2010). *O Valor da Marca como um Ativo Intangível: Um Estudo de Caso da WEG S.A.* 2010. 72f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Tsai, C., Lu, Y., & Yen, D. C. (2012). Determinants of Intangible Assets Value: The Data Mining Approach. *Knowledge-Based Systems*, 31(1), 67-77.

Uyar, A., & Güngörmüş, A.H. (2013). Perceptions and Knowledge of Accountinf Professionals on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. *Research in Accounting Regulation*, 1(25), 77-87.